PEQUENO EXPEDIENTE
(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Sessão Ordinária do dia 05 de março, período matutino.
(OS SRS. DEPUTADOS DELEGADO CLAUDINEI E VALDIR BARRANCO ASSUMEM A 1ª E A 2ª SECRETARIA, RESPECTIVAMENTE.)

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ao Deputado Valdir Barranco para a leitura da ata.
(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE MARÇO DE 2020, ÀS 17H.)

O SR. VALDI BARRANCO - Lida a ata, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, Deputado Barranco.

Lida a ata, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que concordam permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Ata aprovada.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Ao Deputado Delegado Claudinei para a leitura do expediente que se encontra sobre a mesa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (DELEGADO CLAUDINEI) - Sr. Presidente, constam os seguintes expedientes:
(O SR. 1º SECRETÁRIO, DELEGADO CLAUDINEI, PROCEDE À LEITURA DO SEGUINTE EXPEDIENTE: OFÍCIOS NºS 80, 81, 82, 84, 110, 112, 116, 121, 122,123, 125, 126 E 130/2020, DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA; OFÍCIOS NºS 163, 167, 173, 190, 192, 194, 196, 198 E 200/2020, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE; OFÍCIO Nº 24/2020, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE; MEMORANDO Nº 51/2020, DO GABINETE DO DEPUTADO DR. EUGÊNIO; MEMORANDO Nº 64/2020, DO GABINETE DO DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO.).

O SR. 1º SECRETÁRIO (DELEGADO CLAUDINEI) – Agradeço a assessoria da mesa, que separou os ofícios por ordem de Secretaria, ajudando a agilizar o trabalho.

Sr. Presidente, o senhor pediu rapidez. Está aí. É só.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Deputado Claudinei, o senhor bateu o recorde hoje.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Primeiro inscrito no Pequeno Expediente, a Deputada Janaína Riva.

Estamos na semana internacional da mulher, a Deputada encontra-se gestante e merecerá todo privilégio que a Mesa puder conceder.

Com a palavra, A Deputada Janaína.

A SRª JANAINA RIVA - Muito obrigada, colega Deputado Wilson Santos.

Um bom dia para Vossa Excelência, nosso Presidente em exercício, e a todos os colegas.

Eu quero cumprimentar a todos os nossos visitantes, especialmente todos os agentes comunitários: sejam muito bem-vindos!

Parabenizo o Deputado Paulo Araújo pela sensibilidade com relação à PEC que será apresentada daqui a pouco.

Parabéns, Paulo, pelo seu trabalho!

Quero fazer, Sr. Presidente, algumas indicações.

A primeira delas, um assunto que ontem mesmo o Deputado Valdir Barranco comentava comigo, sobre essa preocupação, o Deputado Dilmar também já comentou comigo, o Deputado João Batista, que faz parte, junto com o Deputado Claudinei, da Comissão de Segurança, tem feito um belo trabalho acerca desse tema, que é a segurança pública nas zonas rurais.

Há uma preocupação muito grande, Sr. Presidente, porque virou moda agora bandido roubar insumos dentro das propriedades privadas, isso de todo tamanho e de todo o modo, chega a roubar de uma cabeça de gado a insumos de uma plantação agrícola, que são caríssimos, e até maquinários.

E estamos com uma dificuldade ainda grande no Estado, apesar de reconhecer aqui que o secretário Bustamante já avançou muito – não é, Deputado João Batista? - no quesito viaturas, e estamos aguardando ainda uma emenda que vem da bancada federal, que vai ser justamente para comprar caminhonetes, porque sabemos que a realidade de Mato Grosso exige caminhonetes, mas eu estou fazendo algumas indicações aqui, uma principalmente para a minha cidade, que é a cidade de Juara, porque estamos sem caminhonete para o patrulhamento rural.

Lá, Vossa Excelência sabe, é o segundo maior município do Estado. Então, imaginem o tamanho da zona rural do município e os policiais lá, o Esdra, o Lourenzete, o nosso coronel Marcelo, vêm enfrentando dificuldades, porque não tem, João Batista, uma viatura para poder atender.

Então, eu queria indicar aqui ao secretário Bustamante e fazer uma sugestão.

Eu soube que o orçamento está muito comprometido com as viaturas que foram adquiridas pela Rotan, mas que possa ser feito um aluguel provisório até chegar esse recurso da bancada federal, que, segundo fui informada, vão ser adquiridas 150 caminhonetes, e tenho certeza que vai resolver o problema das regiões mais longínquas de Mato Grosso.

Então, era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha a contribuir.

Agradeço Vossa Excelência pela sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Deputada!

Próximo inscrito, o Deputado João Batista.

Em seguida, o Deputado Dal Molin.

O SR. JOÃO BATISTA - Sr. Presidente Deputado Wilson Santos, senhora Deputada Janaína.

Eu, na verdade, usando aqui sempre as orientações do Deputado Wilson de que o Pequeno Expediente é para apresentar proposituras ou informações urgente, na verdade, quero falar sobre a audiência pública que teremos hoje à tarde, da Comissão de Fiscalização e Orçamento, sobre as metas do terceiro trimestre do ano passado - terceiro trimestre, terceiro trimestre do ano passado.

Para nós, que vimos batendo aqui constantemente sobre a questão da garantia dos direitos dos funcionários públicos, é de suma importância que haja a participação, não só dos parlamentares, mas de toda a sociedade, principalmente dos servidores públicos que estão hoje com

sua recomposição congelada em virtude da alegação principal do governo do Estado de que estamos com o limite de responsabilidade fiscal estourado.

No mais, Sr. Presidente, eu quero parabenizar também o Deputado Paulo Araújo, eu apresentei para o governo do Estado, na verdade, fiz uma indicação para que o governo do Estado, a exemplo do Rio de Janeiro, também pudesse regulamentar aqui o piso de outra categoria, que já está regulamentada em vários Estados, como no caso do Rio de Janeiro, que é a dos técnicos de segurança no trabalho. Aqui paga-se R$1.500,00 para um, R$1.800,00 para outro, e existe já o piso de R$2.500,00.

Parabéns, Deputado Paulo Araújo, por fazer justiça com esses profissionais - já foi criado esse cargo há muitos anos e até hoje não foi dada a devida importância -, que são os agentes comunitários de saúde.

No mais, desejo as boas vindas principalmente aos representantes do nosso sindicato, à Maria Helena, ao Jorge, que possam trazer a cada dia...

Ainda hoje eu estava falando para a Maria Helena, Sr. Presidente, que nós aqui estranhamos muito. As galerias deveriam ser melhor ocupadas pela população, não só em dias em que se votam projetos de determinados segmentos, mas que aqueles que tiverem tempo, claro que todos têm seus horários de trabalho, mas sempre que tiverem um tempinho pudessem vir passar uma hora, duas horas, sentados aqui nas galerias, acompanhando o trabalho parlamentares.

Eu tenho certeza, tenho certeza, que as decisões dos parlamentares em votações de projetos e o empenho seriam outros se a população se fizesse presente diuturnamente aqui nas galerias, acompanhando o nosso trabalho.

Então, eu faço esse chamamento para a sociedade.

Vamos iniciar a votação do projeto da previdência. É de suma importância a manutenção dos servidores nesta Casa para que possamos convencer o maior número de Parlamentares de que não podemos prejudicar ainda mais os trabalhadores do setor público, que já vêm pagando há muito tempo pela sua previdência.

No mais, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Deputado Dal Molin. Transfere.

Deputado Carlos Avallone. Transfere.

Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO - Muito bom dia, nobres Deputados! Os cumprimento aqui em nome do nosso Deputado Wilson.

Já peço prorrogação de prazo por mais 20 minutos, por gentileza.

Quero fazer um cumprimento especial aqui a todos os agentes comunitários de saúde e endemias. Uma salva de palmas a todos vocês. (PALMAS)

E dizer para vocês que a PEC já tem número suficiente de assinaturas. (PALMAS)

Agradeço a todos os Deputados: Deputado Dr. Gimenez, Dr. Lúdio Cabral, que vai assinar aqui a PEC também, Deputado Valdir Barranco, Deputada Janaina, Wilson Santos, Deputado Dr. João, Deputado Dr. Claudinei.

Para a tramitação da PEC, nós precisamos obrigatoriamente de oito assinaturas, que perfeitamente se cumpriram aqui seus requisitos.

Quero aqui também cumprimentar toda a imprensa e a população que nos acompanha.

Eu quero usar do expediente, Presidente, para fazer uma leitura rápida dessa PEC: “Insere os §§ 1º, 2º, 3º e 4º no art. 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

§ 1° Os gestores municipais do Sistema Único de Saúde poderão admitir Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias por meio de processo seletivo público,

de acordo com a natureza e complexidade das atribuições e requisitos específicos para suas atuações;

Então, os gestores podem.

§ 2° Os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, admitidos pelos gestores municipais do SUS, serão submetidos e vinculados à administração pública pelo Regime Jurídico Estatutário conforme a legislação local.

§ 3° O piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias não poderá ser inferior ao fixado pela legislação federal...” Ou seja, R$1.400,00 (PLAMAS) “...independente de ser efetivo ou contratado e fica garantido o adicional de insalubridade. (PALMAS)

§ 4° Ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 1° do art. 219 desta Constituição Estadual, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública normal ou simplificada, efetuados por órgãos ou entes da administração direta ou indireta do Estado, ou município”.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação”.”

Portanto, na data de hoje, a PEC com as assinaturas obrigatórias para a tramitação nesta Casa de Leis, passa a ter tramitação normal.

Eu quero também, nobres Deputados, se assim permitir o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Pode abrir o tempo.

O SR. PAULO ARAÚJO - Obrigado, nobre Deputado.

Eu quero aqui agradecer e parabenizar gentilmente cada um dos agentes comunitários de saúde que realiza seu trabalho no nosso querido Estado de Mato Grosso como porta de entrada do Sistema Público de Saúde.

Nobres Deputados, Deputada Janaina, Deputado Dr. João, Deputado Gimenez, é a maior força de trabalho, a maior porta de entrada do Sistema Único de Saúde no Brasil, Deputado Wilson.

A maior força de trabalho, o maior número de contratos que temos dentro do Sistema Único de Saúde é aquele profissional que está lá no dia a dia, no sol, na chuva, que visita, que conhece os domicílios do nosso querido Brasil, que conhece as famílias, que às vezes são até psicólogos das famílias brasileiras, são os nossos queridos agentes comunitários de saúde e endemias.

Aqui não estamos pedindo nada demais, a não ser, Deputado João Batista, Deputado Claudinei, repassar justamente aquilo que o governo federal repassa de forma integral, que são os R$1.400,00 que são depositados de forma religiosa e regular aos municípios de todo o Brasil. (PALMAS) Nada mais justo.

O que nós estamos propondo aqui, além da vinculação jurídica dos agentes, Deputado Wilson, e aqui não estamos fazendo guerra contra os municípios, de forma alguma, mas pedir que os municípios, a exemplo do piso nacional da atenção básica, do piso nacional da educação, permitir, aliás, não permitir que aqui no Estado de Mato Grosso qualquer agente comunitário de saúde ou endemias receba menos daquilo que o governo federal repassa integralmente aos municípios. É um absurdo!

Tem municípios, e quero parabenizar vários municípios aqui do Estado de Mato Grosso, que repassam até mais do que os R$1.400,00, que pagam a insalubridade, que pagam 14º, que é o repasse único que cada município recebe, mas aqui também uma nota de desagrava àqueles municípios que pagam menos de R$1.400,00 aos agentes comunitários de saúde.

Não estamos falando aqui que os municípios não devem reter a questão previdenciária, Deputado Wilson, que é legal e obrigatória, mas que eles tenham o bom senso, que

eles valorizem, não só em época de campanha eleitoral, Senador Elizeu, aqui estão os agentes de saúde de Mato Grosso, o senador Elizeu, servidor de carreira da segurança pública, nosso Deputado, foi vereador comigo, que também lá na Câmara dos Vereadores apoiou o movimento em prol dos agentes comunitários de saúde.

Nós não podemos permitir, Deputada Janaina, nobres Deputados, que os nossos municípios do Estado de Mato Grosso paguem menos do que R$1.400,00.

Não estamos pedindo nada de mais. O mínimo R$1.400,00.

Quero dizer também aos agentes comunitários de saúde e endemias, que o presidente do Tribunal de Contas atendeu o nosso pedido e agendou a reunião com os agentes comunitários para a próxima segunda-feira, dia 9, às 15h, no Tribunal de Contas do Estado... (PALMAS) ...um pedido foi feito pelos sindicatos dos agentes comunitários de saúde, por meio da nossa querida amiga, companheira e guerreira Dinorá.

A Dinorá tem um espaço, juntamente com os agentes, lá no céu guardadinho. No dia que Vossa Excelência passar daqui para lá, vai ter um carinho especial do nosso Deus.

Que Deus possa abençoar a vida de cada um de vocês.

Peço gentilmente, nós temos agentes comunitários de saúde em várias bases, Deputado Wilson, de vários Deputados estaduais, que possam se articular gentilmente junto aos nossos Deputados, temos o Deputado Gimenez, por exemplo, que até propôs uma frente parlamentar em defesa dos agentes comunitários de saúde, a exemplo de vários Deputados que têm um *link* direito com a Comissão de Saúde.

Deputado Dr. João, peço uma salva de palmas ao Deputado Dr. João, de Tangará, médico. (PALMAS) Ao Deputado Elizeu também uma salva de palmas. (PALMAS). Agradeço ao Elizeu. Ao Deputado Lúdio, nosso médico, referência em atenção básica, uma salva de palmas para o Lúdio Cabral, que é nosso companheiro. (PALMAS) Ao Deputado Claudinei, da segurança pública, servidor de carreira. (PALMAS) Ao Deputado Wilson dos Santos, ex-prefeito, ex-Deputado federal, ex-vereador. (PALMAS) Ao Deputado Valdir Barranco, ex-prefeito, parceiro também. (PALMAS) Ao Deputado Dr. Gimenez, grande companheiro, parceiro, médico, da Comissão de Saúde. (PALMAS) Ao nosso querido Deputado Sebastião Rezende, que são os presentes aqui, mas todos, com certeza, vão apoiar essa legítima pretensão dos agentes comunitários de saúde e endemias do Estado do Mato Grosso.

Eu agradeço, gentilmente, meu Presidente, meu parceiro, em quem tive a honra de votar em Vossa Excelência cinco vezes em suas eleições, agradeço o tempo disponibilizado.

O tempo regimental aqui, senhores, é de três minutos, os Deputados concederam, e só concede com autorização da Mesa, do Presidente, falar por mais que três minutos. Então, eu agradeço.

Se Deus quiser, vamos ter êxito nessa pretensão aqui no Estado de Mato Grosso, com a anuência inclusive dos gestores municipais aqui do nosso querido Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Deputado Paulo Araújo, parabéns!

Vossa Excelência foi rigoroso e cumpriu os três minutos.

Vou só tomar um minuto.

Em 1904 governava o Brasil o paulista Rodrigues Alves e ele decidiu transformar a Capital Federal numa cidade.

O Rio era um amontoado de cortiços e lamas, peste bubônica, varíola, febre amarela, e Rodrigues Alves resolveu, então, fazer esse enfrentamento, nomeou Pereira Passos para prefeito do Distrito Federal e aprovou uma lei tornando a vacinação obrigatória.

Os debates foram extremamente polêmicos, não só na Câmara dos Deputados, mas também no Senado, e o grande intelectual, um dos maiores brasileiros de todos os tempos, o saudoso senador Rui Barbosa, levantou-se contra esse projeto, trabalhou duro e votou contra. Acabou sendo derrotado, mas ficou a marca de que Rui Barbosa foi contra aquela campanha de Rodrigues Alves.

Aquilo gerou uma revolta de sete dias no Rio de Janeiro, do dia 10 ao dia 16 de novembro de 1904, destruíram os bondinhos, queimaram escolas, saquearam armazéns, mercearias, brigaram com a polícia, com o exército, foi, talvez, a maior revolta popular no início do Século XX da história do Brasil.

E hoje eu vejo essas pessoas aqui, inclusive quando passei pela prefeitura tive muitas reuniões com a Dinorá, esse assunto estava apenas iniciando em 2006. Não havia ainda pacificado esse assunto.

Agora esse assunto está pacificado, não há mais dúvidas. A emenda constitucional que o presidente Lula encaminhou ao Congresso, que foi aprovada e incorporada à Constituição Federal, já não tem e não traz mais nenhuma dúvida sobre a estabilização desse tipo de servidor.

Eu conversava rapidamente aqui com o médico Deputado estadual Dr. João José, e ele me dizia: “Wilson, esses trabalhadores fazem parte da ponta de lança do Sistema Único de Saúde. Ninguém mais do que eles, nem o próprio médico, conhece a realidade, porque essas pessoas entram não só na sala, mas vão à cozinha, ao mictório e ao quarto. Elas efetivamente conhecem”.

Então, podem ter certeza que essa Casa de Leis aprovará por unanimidade a proposta do colega Paulo Araújo.

Com a palavra, o Dr. João José.

O SR. DR. JOÃO - Sr. Presidente, nobre Deputado Wilson, já votei no senhor também.

Eu acho que todo mundo aqui já votou no Wilson um dia - não é?

Nobres colegas, plateia que nos assiste.

Eu quero ser rápido. Eu sou médico há 38 anos, sempre trabalhei no Sistema Único de Saúde com hemodiálise e tem que dar a César o que é de César: quem faz a verdadeira saúde pública no Estado de Mato Grosso e no Brasil são vocês.

Por que são vocês? É que vocês, tomando sol no lombo, tomando chuva no lombo, como o Deputado Wilson falou, são vocês que vão a casa daquele senhorzinho, daquela senhorinha, levanta a panelinha, vê se ele tem o que comer, pede o remédio dele, o anti-hipertensivo e o remedinho para diabetes e fala assim: “por que não está tomando?” “- Acabou.” “- Por que é que acabou?...”

Isso é a verdadeira saúde pública, isso é a verdadeira saúde preventiva.

Esse piso, esse teto de R$1.400,00 para vocês é irrisório, porque vocês têm um trabalho fantástico, vocês são os que têm o conhecimento da verdadeira saúde pública do Estado de Mato Grosso.

Um grande abraço. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns ao Deputado João José.

Obrigado, João. De fato, você já nos ajudou.

Com a palavra, o Delegado Claudinei.

(O DEPUTADO DELEGADO CLAUDINEI FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Então, passo ao Deputado Valdir Barranco...

(O DEPUTADO DELEGADO CLAUDINEI FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Não. Quando você troca na fila, a pessoa vem para o último lugar da fila, porque tem outros em sequência. Não pode trocar só você. Está trocando você, trocando o Claudinei, trocando o Valdir e trocando o Dr. Gimenez.

Se eles concordarem... Concorda, Dr. Gimenez?

Daqui a pouco já vou encerrar o Pequeno Expediente.

Deputado Valdir, concorda?

Com a palavra, Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Presidente Wilson Santos, nobres Pares, é inevitável que o nosso Pequeno Expediente hoje seja integralmente aqui dedicado aos agentes comunitários de saúde e à iniciativa do nobre colega Deputado Paulo Araújo de fazer apenas, através da PEC, com que os municípios mato-grossenses cumpram aquilo que já é legítimo, que é o pagamento integral daquilo que o governo federal repassa aos municípios para os agentes comunitários de saúde e endemias, que é o piso, o piso de R$1.400,00.

Quando falamos o piso, significa que é o menor. Não se pode pagar menos do que isso. Se quiserem pagar a mais, está autorizado, agora menos do que o piso não existe.

Portanto, Deputado Paulo Araújo, Vossa Excelência, com essa iniciativa, que será abraçada aqui pelo conjunto dos 24 parlamentares desta Casa, está apenas permitindo que a legislação seja cumprida e que seja feito justiça.

Eu, que já fui prefeito, muitos dos nossos colegas já foram prefeitos também, sabemos da importância que tem os agentes comunitários de saúde e endemias nos municípios, no Estado e no País. Vocês chegam lá na base.

O programa, aliás, vem a partir da essência que é o programa saúde da família cubano, porque no Brasil, infelizmente, o programa de saúde da família que se tentou implantar com base na inspiração cubana não conseguiu chegar a efeito daquilo que lá acontece.

Em Cuba, o médico da família é da comunidade, é do bairro onde ele atende. Ele mora lá. Os agentes comunitários também.

Aqui no Brasil, a única coisa do programa de saúde da família que realmente funciona são os agentes comunitários de saúde e endemias, que moram, que visitam no dia a dia cada casa, não só levando o atendimento, mas também ouvindo a família, levando as informações, indo mais além do que isso, porque se tornam amigos dessas famílias e muitas vezes compartilham das angústias e anseios e aconselham as famílias onde vocês atuam.

Portanto, parabéns! Contem com o nosso apoio, porque essa PEC terá, sem dúvida nenhuma, os 24 votos aqui dos Parlamentares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Deputado Valdir Barranco, que foi prefeito de Nova Bandeiras e sabe o que fala.

Delegado Claudinei. Depois Dr. Gimenez e o pré-candidato ao Senado da república, Elizeu Nascimento.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Sr. Presidente, colegas Deputados, sociedade.

Parabéns, primeiro, ao Deputado Paulo, por propor essa PEC!

Realmente, os agentes comunitários de saúde efetuam um trabalho importantíssimo nos bairros, conversando com a população, fazendo um trabalho de prevenção às doenças que espalham no nosso município.

Então, parabéns ao Deputado Paulo e parabéns aos agentes por estarem hoje aqui acompanhando a nossa Sessão!

Algumas indicações, Sr. Presidente: ao INTERMAT; também para o distrito de Santa Elvira, para o governo resolver o problema do destacamento de Santa Elvira; para a SINFRA, para a construção do acostamento na MT-050, distrito industrial de Várzea Grande; também

pedimos à Secretaria de Educação a reforma de escola estadual em Santa Elvira, município de Juscimeira.

Sr. Presidente, no mês passado o governador esteve aqui, eu até cobrei a questão da segurança pública em Rondonópolis, tirando viaturas da Polícia Militar e da Polícia Civil, e hoje eu vou ter que fazer mais uma cobrança ao governador do Estado, ao secretário de Saúde, com relação ao hospital regional de Rondonópolis.

Desde o ano passado são prometidos melhorias pelo secretário, pelo governador, mas até agora não se resolveu o problema.

O governador esteve no mês passado, a primeira vez em Rondonópolis, visitando o município, fez a inauguração do anel viário, que, infelizmente, em menos de um mês já se criaram crateras e buracos no anel viário, mas, mais uma vez, o governador falta atenção agora à saúde pública da cidade de Rondonópolis, terceira maior do Estado, segunda economia do Estado.

Vou citar alguns problemas do hospital regional: falta de servidores, os médicos não são suficientes para atender a população, o número de enfermeiros e técnicos de enfermagem também não é suficiente, o número de leitos hospitalares e de UTIs também não é suficiente, há déficit de leitos, que não está atendendo de forma humana e adequada os pacientes, que estão ficando nos corredores do hospital, aguardando o atendimento.

Já passa de três meses que vem ocorrendo isso - agora, mas isso já vem de longa data -, até o elevador da unidade hospitalar do hospital regional não está funcionando.

Então, estamos aqui, senhor governador, para cobrar providências urgentes.

Só mais um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Mais um minuto, Excelência.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Então, senhor governador, estamos aqui para cobrar providências urgentes ao Hospital Regional, que não atende só Rondonópolis, atende mais de 20 municípios. São mais de 500 mil habitantes da região Sul e Sudeste que são atendidos pelo Hospital Regional e ele está com essas dificuldades que citei e por isso eu fiz esse requerimento ao secretário de Saúde, ao governador do Estado, para tomar essas providências urgentes, olhar para a população de Rondonópolis, ter esse cuidado e carinho com a população de Rondonópolis, que sofre não só com a segurança, mas também com a saúde pública, porque já não se consegue renovar os valores das diárias da UTI da Santa Casa.

E agora o hospital regional também com esses problemas, que devem ser resolvidos de forma urgente, porque os servidores precisam e a população precisa ser atendida bem pelos servidores lá no hospital.

Valeu?!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Deputado.

Próximo inscrito, o eminente Deputado Dr. Gimenez.

Depois o nosso amigo e pré-candidato ao Senado da República, que está com terno novo em folha hoje pra inaugurar, não é?

Dr. Gimenez.

O SR. DR. GIMENEZ - Muito bom dia, Sr. Presidente.

Muito bom dia, nobres colegas aqui presentes.

Muito bom dia aqueles que nos assistem pela Rádio e TV Assembleia e aqueles nas galerias que nos prestigiam.

Eu quero cumprimentar a dona Dinorá, agente comunitária de saúde e endemia, e em seu nome todos os agentes aqui presentes.

Lembro que o agente comunitário de saúde é aquela pessoa que alimenta o sistema de saúde, porque está inserido dentro do contexto da família que visita lá no final da ponta, naquela

zona rural, naquele fim de bairro. O agente de saúde é quase um médico, ele é o amigo da família, ele é um confidente, trabalha como psicólogo às vezes, dando apoio a essa família e é o depositário da confiança dessa família. É ele que sabe das informações, alimenta o sistema e é esse sistema que nos informa e permite com que esta Casa de Leis estabeleça políticas de saúde pública para que possamos cumprir a legislação e apoiar o PEC que vocês tanto desejam.

O meu apoio a vocês, agentes comunitários de saúde, e meus parabéns!

As proposições apresentadas na Sessão de hoje, as indicações, são todas em razão da reunião da frente parlamentar da saúde da mulher, realizada no dia 03 de março passado nesta Casa de Leis, e se dirigem ao excelentíssimo secretário de saúde, Sr. Gilberto Figueiredo.

Indico a implementação de centros de apoio ao desenvolvimento das boas práticas na atenção obstétrica e neonatal no Estado de Mato Grosso; indico a contratação de enfermeiras obstetras para a rede pública de saúde no Estado; indico a implementação de um programa informativo para a gestante de forma permanente no Estado de Mato Grosso; indico a disponibilização de analgesia de parto durante o trabalho de parto normal, sempre que for necessário - disponibilização de analgesia de parto; indico a aquisição de equipamentos de segurança cardiotomografia para a rede pública do Estado; a construção de mais leitos pediátricos no Hospital Universitário Júlio Müller, que no momento já é insuficiente, e é de longa data; e reforma dos ambientes de parto dos hospitais públicos do Estado de Mato Grosso; e, por último, a construção de áreas exclusiva para maternidade nos hospitais da rede pública.

São todas demandas levantadas pela Frente Parlamentar de Saúde da Mulher, que teve uma reunião ainda ontem. Bem rápido, a reunião em um dia e as demandas no outro. É assim que funciona.

Espero que assim funcione a saúde pública no Estado.

Sr. Presidente, muito obrigado. Agradecido.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Dr. Gimenez!

Próximo inscrito, o Deputado Eliseu Nascimento, pré-candidato ao Senado da República.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Sr. Presidente, senhores Deputados, Deputada Janaina, imprensa, aqueles que nos acompanham aqui nas galerias, agentes comunitários de saúde, nosso abraço. (PALMAS)

Nossa solidariedade em apoio ao evento e à mobilização de vocês, como meu companheiro de Câmara Municipal de Cuiabá, ex-Vereador Paulo Araújo, à frente desse grande movimento, nessa luta de valorização, estivemos na Câmara Municipal empenhados, juntos na defesa de uma melhoria, de uma valorização da categoria. Aqui na Assembleia Legislativa não será diferente e, onde quer que estejamos politicamente, sempre estaremos ao lado desses valorosos profissionais que levam a saúde pública as nossas casas.

Conheço muito bem os agentes de saúde de perto, moro perto do posto de saúde do bairro Altos da Serra e lá temos contato com os servidores daquela unidade, que faz um brilhante trabalho, levando àqueles moradores daquele bairro humilde e adjacências esse trabalho brilhante que é o trabalho da saúde comunitária, que acredito que tem que ser muito mais valorizada, dando mais condições de trabalho a esses profissionais, porque são verdadeiramente aqueles que estão empenhados no pronto emprego de primeira mão à população mais humilde que carece de uma saúde pública de boa qualidade. (PALMAS)

Portanto, vocês têm integralmente o meu apoio nessa luta de valorização, podem contar com o nosso apoio, assim como contaram lá na Câmara Municipal de Cuiabá, quando então vereador, e agora como Deputado nada mais justo do que buscarmos uma valorização salarial mais digna para que vocês possam ter melhores condições para cuidar de suas famílias.

Portanto, contem com o Deputado Eliseu Nascimento.

Muito obrigado a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Encerro o Pequeno Expediente.

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM – criar hiperlink a partir de http://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares - PASP - proposições apresentadas - Sessão Plenária.)

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Grande Expediente.

O Deputado João Batista é o primeiro inscrito. Transfere.

Deputado Dal Molin. Transfere.

Deputado Carlos Avallone Júnior. Transfere.

Deputado Paulo Araújo. Vossa Excelência dispõe de até dez minutos no grande expediente.

O SR. PAULO ARAÚJO - Novamente, nobre Deputado Wilson Pereira dos Santos, nobres Deputados, quero fazer uma homenagem toda especial ao dia das mulheres, em nome da nossa querida amiga Dinorá e da única mulher Deputada estadual aqui no parlamento, Deputada Janaina Riva.

Parabéns a todas as mulheres!

Parabéns, mulheres agentes de saúde e endemias! (PALMAS)

As mulheres, Deputada Janaína e nobres Deputados, como vocês podem perceber, são a grande maioria. Há um ou outro homem. Então, a força feminina está melhor lá do que aqui.

A força feminina, principalmente na maior categoria do Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso é feminina. Então, na semana das mulheres um parabéns todo especial a todas vocês.

Mais uma vez aqui, agora com outros Deputados, com o Deputado Max Russi também, que carrega a bandeira também dos agentes comunitários de saúde - uma salva de palmas ao nosso querido amigo Deputado Max (PALMAS) -, que vem fazendo um trabalho, não é de agora ,voltado também para a categoria.

Temos o Deputado Thiago Silva, de Rondonópolis.

Tem agente de saúde de Rondonópolis, aí?

O Deputado Thiago é o representante, juntamente com o Deputado Claudinei, de Rondonópolis, que com certeza vai assinar e vai apoiar a PEC, Deputado Thiago e Deputado Max, que trata do piso estadual para os agentes comunitários de saúde e endemias.

Deputado Thiago e Deputado Max, nós estamos dizendo aqui, disciplinando, que os municípios não podem pagar menos que aquilo que eles recebem integralmente do Governo Federal.

E eu não tenho dúvida, nobres agentes, que os nobres Deputados aqui vão apoiar integralmente essa PEC, sem um voto contrário deste Parlamento.

Obrigatoriamente, por força regimental, quando estamos alterando a constituição, Dinorá, ela precisa ficar dez Sessões para ser votada em primeira votação e eu não tenho dúvidas...

Cadê nosso querido amigo, Presidente Eduardo Botelho? Ele estava por aqui, não estava? Presidente estava por aqui?

Ele chegou aqui, Deputados? Chegou, não é? Então, o Deputado Botelho vai fazer um compromisso conosco, tão logo seja cumprida a pauta obrigatória de tramitação, de dez Sessões, de colocar na pauta e auxiliar também, juntamente com as lideranças dos Deputados aqui que têm uma inserção muito forte, principalmente que defendem a categoria, volto aqui a falar, todos os Deputados da Comissão de Saúde, Deputado João, Gimenez, Eugênio, Deputado Lúdio Cabral,

Deputado Paulo Araújo e Deputado Max Russi, que já vinha lutando também por essa bandeira, Deputada Janaína, Deputado Claudinei, enfim, todos os Deputados, tem a bancada dos Deputados que defendem os servidores públicos, que é formada pelos Deputados João Batista, Deputado Claudinei, Deputado Eliseu, Deputado Paulo Araújo, Deputado Barranco, Deputado Lúdio Cabral, se eventualmente me esqueci de algum Deputado pode, a qualquer momento, também se intitular defensor da PEC dos agentes comunitários de saúde.

E quero também, nobres Deputados, Deputado Lúdio Cabral, de levantar aqui aquilo que nós já tínhamos falado anteriormente, Deputada Janaína, uma política de Estado consolidada voltada para a pessoa com deficiência.

Estou falando de inserir as associações, as entidades filantrópicas, Deputado Lúdio, que em sua grande maioria trabalha com voluntariado, que se mantém através de doações, que são as APAEs e Pestalozzi do Estado de Mato Grosso.

Tão somente a APAE, Deputado, Dr. João, de Tangará da Serra é credenciada do Sistema Único de Saúde.

Nós precisamos ter uma rede qualificada, com capacidade instalada e com *know-how* para atender a pessoa com deficiência, coisa que as APAEs e as Pestalozzi do Estado de Mato Grosso já realizam há muitos anos e precisam ser reconhecidas.

O Sistema Público de Saúde, a Secretaria Estadual de Saúde, em uma proposta que vai ser apresentada pela Comissão de Saúde, por meio da Assembleia Legislativa, como proposta de política de Estado, é inserir e credenciar todas as APAEs, Pestalozzi e associações que prestam serviços de grande relevância, principalmente para a pessoa com deficiência no Estado de Mato Grosso.

Eu quero dizer também aos nobres Deputados que hoje o meu Partido Progressista estará no município de Tangará da Serra, do meu colega, amigo, parceiro, Deputado Dr. João, em festividade ao Dia da Mulher, fazendo um evento progressista no município de Tangará.

Aqueles que eventualmente quiserem participar, estaremos logo mais, às 19h, em Tangará da Serra.

Aproveito a oportunidade também para reforçar mais uma vez o convite aos nobres Deputados para que na próxima quarta-feira, dia 11, quando estaremos visitando o novo Pronto-socorro Municipal de Cuiabá, e também na próxima quarta-feira seguinte, se não me engano dia 18, às 14h, visitando também o Pronto-socorro Municipal de Várzea Grande.

Desde já também parabenizo a prefeita Lucimar e o secretário Diógenes, por terem avançado muito, principalmente na questão da estruturação da rede física de saúde daquele município.

Quero dizer também, nobres Deputados, que aqui em Cuiabá muitos perguntaram: "em Cuiabá paga, Max? Paga o mínimo? Cuiabá paga o mínimo, que é aquilo justamente que está sendo estabelecido, que é de R$1.400,00.

Também parabenizo a gestão do município por praticar o mínimo.

O mínimo é o que está sendo estabelecido. Na verdade, nós queremos avançar ainda mais na política de valorização dos agentes comunitários de saúde.

Muitos falaram: "por que não pagar RGA, Deputado Max, nobres Deputados?"

A RGA, gente, é uma política de remuneração que é realizada dentro da prerrogativa de cada um dos municípios.

Não tenham dúvida de que será uma bandeira nossa no sentido de convencer os novos prefeitos a terem uma rede, inclusive nós vamos propor a criação aqui na Assembleia Legislativa da maior rede parlamentar em defesa da saúde pública do Estado do Mato Grosso.

Vamos promover um grande seminário em que os municípios vão indicar um vereador por município, aquele que vai assumir a bandeira da saúde pública, aquele que vai assumir a bandeira de valorização dos agentes comunitários de saúde e endemias. Para isso é importantíssima a participação dos agentes comunitários de saúde, cada um dentro do seu município, no sentido de identificar qual é aquele parlamentar que se identifica com a bandeira da saúde e que se identifica também no sentido de fazer a boa pressão ao prefeito, para que ele possa valorizar ainda mais os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias do nosso querido Estado do Mato Grosso.

No mais, eu quero agradecer gentilmente a presença de cada um dos agentes comunitários, tem agende comunitário de Cáceres, tem agente comunitário de Alto Araguaia, do município de Várzea Grande, do município de Cuiabá e outros vários agentes comunitários de saúde que se deslocaram de seus municípios para poder participar conosco nesta data.

Eu quero aqui, Deputado Wilson, nobres Deputados, mais uma vez, reiterar o pedido de apoio incondicional ao apoio da PEC.

E vamos que vamos, que a construção do projeto é no coletivo pelos agentes comunitários de saúde e endemia.

E vamos que vamos, gente!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns, Deputado Paulo Araújo!

Encerro este expediente.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Vamos à Ordem do Dia.

Indicações...

Não há indicações sobre a mesa? Por favor.

Englobadamente, em discussão as indicações. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada todas englobadamente. (ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Passo a Presidência ao Deputado Eduardo Botelho.

Neste momento o Presidente Eduardo Botelho assina a PEC em favor dos agentes comunitários de saúde e de endemias também. (PALMAS)

(O SR. DEPUTADO EDUARDO BOTELHO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Requerimento...

(O DEPUTADO PAULO ARAÚJO – FORA DO MICROFONE - ANUNCIA A ASSINATURA DO DEPUTADO THIAGO SILVA – PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Requerimento nº 73/2020, do Deputado Dr. Eugênio, requerendo informação do secretário de Fazenda Rogério Galo.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao expediente.

Requerimento nº 72/2020, do Delegado Claudinei, requerendo audiência pública em que se discutirá a necessidade de implantar o dispositivo de segurança preventiva botão de pânico nos casos de violência contra a mulher.

Qual é a data? É dia 14... Não. Dia 12 de março, às 14h. Virá a Ministra. Então, nós vamos nesse caso excepcional, já em homenagem ao dia das mulheres, autorizar que seja realizada aqui no Plenário das deliberações.

Em redação final, Projeto de Lei nº 15/2020, do Tribunal de Contas. Com parecer favorável das Comissões.

(EMENTA: Altera a redação do art. 1º e acrescenta o Art. 3-A, § 1º e § 2º, Art. 3-B, Art. 3-C da Lei nº 8.555, de 19 de setembro de 2006, e dá outras providências.)

Em discussão a Redação Final. Os que aprovam a permaneçam como estão. Aprovada. Vai ao expediente.

Projeto de Lei nº 332/2016, do Deputado Guilherme Maluf, dispõe sobre a obrigatoriedade da construção ou adaptação de fraldários acessível a frequentadores masculinos em grandes centros comerciais e estabelecimentos similares. Com parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça e Redação.

Eu não estou entendendo. Fraldário para frequentadores masculinos?

Em discussão...

Para discutir, o Deputado João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA - Presidente Eduardo Botelho, na verdade, esse projeto do Deputado Guilherme Maluf, eu dei uma olhada nele por alto. E só a título de esclarecimento, Deputado, é que nos banheiros femininos, levando em consideração que geralmente quem leva as crianças, seja no shopping ou em qualquer lugar, são as mães, nos estabelecimentos tem aquele espaço de fraldário, e nos banheiros masculinos, não há esse espaço para trocar a fralda das crianças. E, às vezes, quando os pais levam as crianças para passear, e se precisa trocar a fralda, não tem um lugar nos banheiros masculinos. Na verdade, eu até já vi em alguns banheiros onde frequentamos que é apenas uma tábua que fica encostada na parede. Ela baixa e é onde se coloca a criança para poder trocar a fralda. Então, só a título de esclarecimento, pelo que eu já vi nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok, João... (RISOS)

O SR. JOÃO BATISTA - Eu sou pai, avô...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Está certo. Muito bem. Então, encerrada... O Deputado artilheiro estava em Brasília ontem... Com parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em votação. Os que aprovam o parecer permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Com um voto contra do Deputado João Batista, o parecer está aprovado, vai ao arquivo.

Em 1ª votação, Projeto de Lei Complementar nº 71/2019... Cadê o Wilson? Projeto de Lei Complementar nº 71/2019, de autoria do Deputado Wilson Santos, que estabelece normas de finanças públicas complementares à Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com o objetivo de garantir a observância dos princípios de responsabilidade e transparência da gestão fiscal nas transições de governo no âmbito do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão Especial.

Em discussão. Para discutir, Deputado João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA - Sr. Presidente, esse projeto, ainda na noite de ontem, não chegou a ser votado, mas foi um pouco discutido, e por falta de quórum, acabou não sendo colocado em votação. O Deputado Wilson Santos fez uma ampla explanação a respeito desse projeto, que dava apenas no período de transição de governos, de prefeitura, abria, aliás, criava a obrigação para que o gestor que está saindo dê ciência de tudo o que foi feito, dos números, da contabilidade, para o gestor que está entrando.

Eu, particularmente, não vejo, como disse o Deputado Wilson Santos, ainda na noite de ontem, qual é a razão do veto a esse projeto, se nós estamos em uma época em que se discute muito a questão da transparência. Hoje existem as leis de transparência, e vetar um projeto dessa natureza, eu também concordo com o Deputado Wilson Santos, que eu não vejo razão para isso. Então, particularmente, eu voto contrário ao parecer da Comissão Especial e acredito que o Deputado Wilson Santos vai poder explanar melhor sobre esse projeto que é de sua autoria.

O Sr. Wilson Santos - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - É um minuto só.

Colegas Deputados, na verdade, esse projeto estava com... O relator havia dado um parecer contrário, mas a maioria da Comissão acabou votando contra o parecer do relator, então, o parecer veio favorável. E nada mais é do que criar uma lei em Mato Grosso disciplinando as tratativas da transição, porque, às vezes, o governante perde a eleição e ele não quer, durante a transição, passar as informações, os documentos, os dados. Então, nós vamos agora obrigá-lo a fazer de maneira civilizada essa transição entre uma gestão que está findando e uma gestão que foi legitimamente escolhida pelo povo. É só isso, nada mais.

Tudo isso começa na transição que o presidente Fernando Henrique Cardoso fez com o presidente Lula, que foi aplaudida internacionalmente, o mundo gostou de ver a forma civilizada, madura e respeitosa com o designo que a sociedade deu naquele pleito. Então, nada mais é do que isso. É só nós votarmos favoravelmente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*.

Então, encerrada a discussão, em votação. Os que aprovam o parecer permaneçam como estão; os contrários se manifestem.

(FALAS SOBREPOSTAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - O parecer é favorável.

Na verdade, quando foram verificar, estava com... A contagem dos votos estava errada, então, o parecer é favorável. Então, quem apoia...

O Sr. João Batista - Questão de ordem, Presidente... Pela ordem. É que na Ordem do Dia aqui está falando que o parecer da Comissão Especial está contrário. Então o parecer é favorável, não é?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Sim, mas depois foi feita uma verificação, o Deputado Wilson olhou no projeto e, realmente, o parecer era favorável.

Então, com parecer favorável, os que aprovam o parecer permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (PAUSA) Com todos os votos favoráveis, está aprovado. Vai a 2ª votação.

Projeto de Lei nº509/2019, de autoria do Deputado Romoaldo Júnior, que dispõe sobre a utilização de drones para a fiscalização da Polícia Ambiental. O parecer é contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão.

O Sr. João Batista - Para discutir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA - Eu reforço a fala do Deputado Wilson Santos na noite de ontem aqui, Sr. Presidente, que... Aliás, eu vou dar uma...

Eu não vejo nesse sentido, pelo menos não no meu ponto de vista, inconstitucionalidade ao se definir a utilização de drones na fiscalização ambiental, nem na fiscalização ambiental e nem na fiscalização de fronteiras. Aliás, já há projetos por parte do Governo Federal sobre a utilização dos VANTs, veículos aéreos não tripulados, para fazer a fiscalização de fronteira. E podemos muito bem utilizar drones que tenham uma autonomia maior, não só para fazer a fiscalização de fronteira, como também para fazer a fiscalização ambiental.

Nós discutimos aqui no ano passado e início deste ano, o Deputado Elizeu Nascimento participou ativamente dessa matéria, que foi a questão do projeto Cota Zero. E uma das reclamações, inclusive, tanto da população quanto do Governo do Estado, é a depredação e a má

utilização com relação ao estoque pesqueiro aqui no Estado de Mato Grosso, e isso poderia muito bem ser aliviado se fosse feita uma fiscalização mais efetiva. E essa fiscalização mais efetiva e de forma econômica seria feita não só por meio dos drones, mas também se pudesse utilizar os VANTs aqui nos nossos rios.

Então, eu não vejo em nenhum momento que seria inconstitucional o projeto do Deputado Romoaldo Júnior. Ao contrário, eu acredito que para o Estado seria uma forma de fiscalização mais efetiva, barata, e principalmente é uma fiscalização que pode ser feita em tempo real. A segurança pública nas grandes cidades já está utilizando drones. Aliás, para quem não sabe, até mesmo o crime organizado está utilizando os drones para levar produtos não permitidos, material não permitido, celular, droga para o sistema penitenciário aqui no Estado de Mato Grosso. Quantas e quantas vezes os nossos agentes da Polícia Penal já conseguiram interceptar drones tentando levar droga e celular para dentro do sistema penitenciário?

O Sr. Elizeu Nascimento - Um aparte.

O SR. JOÃO BATISTA - Deputado Elizeu, eu vou encerrar e já passo para Vossa Excelência ficar com o restante do tempo. Mas só para dizer que, para mim que sou da área de segurança pública, eu não consigo compreender o porquê do veto a um projeto dessa natureza, que, aliás, a gente já vem cobrando aqui há bastante tempo.

Pode continuar, Deputado Elizeu.

O Sr. Elizeu Nascimento - Sr. Deputado João Batista, Sr. Presidente Eduardo Botelho, Deputado Romoaldo Júnior, Deputado Dr. João e demais pares.

Sr. Presidente, quando pedi para fazer o uso da fala, foi justamente para citar esse caso, que é a questão da pesca predatória. Aqui nesta Casa, nós tivemos superlotação nas galerias e uma discussão muito acalorada justamente sobre a questão da fiscalização nos rios do Estado de Mato Grosso, pois suspender a pesca seria inviável, seria prejudicial à nossa população.

Eu sempre pautei pelas pessoas mais humildes, as pessoas trabalhadoras que necessitam alimentar as suas famílias, a subsistência, e um dos fatores que eu sempre coloquei nesta tribuna é a fiscalização contra a pesca predatória. E a utilização dos drones nesse trabalho de fiscalização, tanto pela Polícia de Proteção Ambiental quanto pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, é de suma importância. Já fiz operações em conjunto com a Polícia Ambiental, quando eu estava engajado no batalhão Rotam, e nós sabemos que há uns perímetros próximos às margens do rio em que temos uma maior dificuldade de chegar andando a pé para essa fiscalização. E, muitas vezes, quando você vem de barco, dentro dos rios, há uma aproximação desses que cometem esses tipos de delitos dentro do rio, e com certeza dificulta pela visibilidade ótica que esses predadores têm a uma distância muito grande, privilegiada. E com o trabalho de fiscalização do drone, ele não só traz melhores condições de locomoção para os policiais fazerem o seu trabalho quanto também traz uma economia aos cofres da segurança pública.

Assim sendo, nós vimos a esta tribuna, Sr. Presidente, fazer o nosso quórum de apoio a esse projeto, que é um projeto que vem a contribuir com a Polícia Ambiental, com os órgãos competentes de fiscalização do meio ambiente, tanto na área da pesca predatória quanto na área do desmatamento.

Queremos agradecer mais uma vez a presença dos agentes comunitários de saúde e dizer que vocês serão sempre bem-vindos a esta Casa.

O Sr. Dr. João - Deputado Elizeu, me dá um aparte?

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Um aparte, Deputado Dr. João

O Sr. Dr. João - Bom dia a todos novamente. Professora Enelinda, a professora de Mato Grosso, prazer tê-la aqui conosco.

Primeiramente, eu queria parabenizar o Presidente em relação ao projeto Cota Zero, que tirou para melhor estudar, para não fazermos coisa errada. Isso é pensar no povo, pensar no peixe, pensar no rio.

Agora, sobre esse projeto do nosso querido Deputado Romoaldo, eu assisti a uma entrevista, Romoaldo, ouvi pela rádio uma entrevista falando o seguinte: o próprio pessoal da Sema tem um projeto, eles têm o projeto de colocar drone. Quer dizer, se o próprio pessoal da Sema tem esse projeto, por que então se votar contra? É um absurdo. Então, nós temos que... Estou vendo lá... (FALA PARA A GALERIA), estou meio cego... Davi, um abraço, abraço para Tangará.

Então, Romoaldo, se a própria Sema quer fazer isso, isso eu ouvi deles, não se justifica ser contrário a isso aí.

O Sr. Ulysses Moraes - Bom dia a todos os colegas, bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES - Bom dia a todos, bom dia a todos os presentes, bom dia a todos aqueles que estão nas galerias, hoje.

Presidente, trata-se de uma legislação basicamente e exclusivamente autorizativa, trata-se de um dispositivo com apenas três artigos de lei, que não regulamenta, não traz obrigações, não cria atribuições. Na verdade, eu vejo nesse projeto de lei, tecnicamente falando, apenas uma autorização, uma garantia de uma segurança jurídica para que haja a utilização desses drones na fiscalização, para depois não ser objeto de discussões judiciais, falando em invalidação de provas, posteriormente, entre outras coisas.

Então, eu não consigo vislumbrar inconstitucionalidade nesse caso, uma vez que ela não cria atribuições, ela apenas autoriza. E olhando o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, ele até fala que a Assembleia poderia também criar legislações não autorizativas, mas não dá para ser visto dessa forma. Acredito, inclusive, que a intenção do projeto foi dar segurança jurídica, o contrário a isso para que essas imagens possam ser utilizadas, inclusive em processos judiciais e não haja questionamento do tipo que não há autorização para utilização desse tipo de equipamento. Esse equipamento é moderno e a Assembleia Legislativa tem que acompanhar o futuro, acompanhar a modernidade.

Eu não consigo, Deputado Dilmar, Vossa Excelência, que é líder do Governo aqui, se quiser dar uma olhada no parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, eu não consigo vislumbrar nenhuma inconstitucionalidade, uma vez que ela é simplesmente autorizativa, é uma legislação muito simples, são três dispositivos só, autorizando, se o Poder Executivo vai utilizar ou não, aí cabe a ele. Mas não há nenhuma obrigatoriedade.

Então, não consigo nem vislumbrar o vício de iniciativa. A Assembleia Legislativa nesse caso faz só a autorização, e essa autorização não deve ser vista também como se não houvesse não poderia... Mas o Deputado Romoaldo - acredito que nesse caso - quer apenas dar um pouco de segurança jurídica para essa situação. Então, vou encaminhar o meu voto também pela derrubada do parecer da Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Romoaldo.

O SR. ROMOALDO JÚNIOR - Presidente Deputado Botelho, esse projeto é de nossa autoria, é um projeto que só vem a ajudar a fiscalização.

Eu queria pedir a atenção aqui do líder do governo, o Deputado Dilmar Dal Bosco. Esse projeto, Deputado, na verdade, não vem a acarretar aumento de despesa na Sema, nem ônus ao Governo. E eu gostaria do apoio dos Deputados presentes à Sessão para derrubarmos o parecer da Comissão que foi contrário por vício de iniciativa. Ora, se a Assembleia não puder autorizar um

órgão do Governo a melhorar a fiscalização, então, eu não sei o que estamos fazendo aqui, não entendo o que a Comissão de Justiça pensa.

Então, eu gostaria de pedir, Deputado Wilson Santos, Deputado Paulo Araújo, Deputado Lúdio, a derrubada desse projeto, que visa simplesmente autorizar a Polícia Ambiental de Mato Grosso a fiscalizar com a ajuda de drones. Drones que vão ajudar, com a tecnologia moderna que temos hoje, a localizar onde está sendo cometida a infração, onde o pescador está armando rede irregular, onde está se armando espinhel, onde está havendo matança de peixe. E com isso, a Polícia Florestal poderá ir lá e fazer a autuação do crime. Portanto, eu peço aos companheiros que votem NÃO ao parecer para a aprovação desse projeto que é muito importante para o meio ambiente de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, o Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Sr. Presidente, senhores Deputados, Deputada, eu até tinha uma reunião agora com o secretário de segurança, mas daí ouvi os colegas usando a tribuna e falando do projeto em questão, que é um projeto importante. Nós analisamos com toda a certeza a tecnologia e a inovação que está presente nas mudanças que nós mesmos observamos do telefone fixo para o telefone móvel, e o quanto que veio evoluindo o telefone móvel nosso, com as tecnologias que tem, cada Iphone ou telefone. Com certeza, temos que ir também para a inovação.

Mas o projeto aqui, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa tem que prezar a legalidade, a inconstitucionalidade ou a constitucionalidade de qualquer projeto tramitado.

Eu falei com o vice-líder do Governo, esse grande amigo, grande Deputado, que representa não só a região de Alta Floresta, mas também o Estado de Mato Grosso, Deputado Romoaldo Júnior, autor desse projeto. Mas aí quando falam que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação não fez uma análise ou não vê a ilegalidade ou a inconstitucionalidade, para as pessoas que estão nos assistindo é simples de fazer... A mesma coisa é a professora de matemática dando a sua aula, a professora de português a interrompe com outra matéria. Estamos adentrando o Poder Executivo, determinando que execute, que faça, autorizando que o secretário de meio ambiente faça isso. Nós podemos autorizar, questionar o secretário de gestão, o secretário-geral da Assembleia Legislativa, os nossos chefes de gabinete.

Então, isso é a inconstitucionalidade do projeto, mas eu não tenho problema nenhum de liberar, até porque falei com o vice-líder Deputado Romoaldo que iríamos aprovar, derrubar o parecer. O Deputado Lúdio Cabral, que é participante da Comissão de Constituição e Justiça, também viu e continuou, pela seriedade da nossa Comissão, também viu a inconstitucionalidade, como eu vi, como o relator viu. Mas cabe a nós, sim, deliberarmos e deixarmos aqui para que possa derrubar o parecer da Comissão, mas a Comissão preza pela inconstitucionalidade ou constitucionalidade, respeita isso, discute isso, é muito técnica.

Só gostaria de frisar que a Comissão não adentra a questão do projeto parlamentar A, B ou C, a Comissão tem a responsabilidade de fazer seus pareceres baseados na Constituição. Só queria comentar isso, mas falei ao vice-líder Deputado Romoaldo Júnior, que está liberado, a gente pode votar e aprovar o projeto, não tem problema nenhum, até porque cabe a nós trabalharmos e tentarmos mudar as legislações.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então, encerrada a discussão, vamos para a votação. O parecer da Comissão é contrário à aprovação do projeto. Então, quem for

contra o parecer, que se manifeste... (PAUSA)... Um, dois, três... Com a maioria, o projeto está aprovado. Vai ao expediente.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 172/19, do Deputado Wilson Santos, que veda a concessão de desonerações fiscais enquanto perdurar o déficit fiscal no Estado. Com parecer contrário da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Eu acho que sobre esse projeto aqui o Deputado Wilson pode falar melhor.

Para discutir, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, isso é um projeto também bem simples, o parecer está contrário, os que concordarem em derrubá-lo, nós vamos ter que manifestar. O que estamos propondo? A empresa já recebe o incentivo fiscal e não consegue colocar as contas em dia? Caso essas duas situações ocorram, a proposta nossa é que nesse período em que ela está devendo tributos ao Estado, sendo beneficiada por uma política de incentivos fiscais - somente nessas duas condições -, nós propomos então que haja a suspensão dessa desoneração, enquanto perdurar o déficit desse devedor com o Estado.

A empresa X, em vez de pagar 100% do ICMS, Deputado João Batista, ela paga 50% do ICMS e assim ela não consegue pagar, ainda está devendo ao Estado. Então, nesse período de dois ou três meses que ela ficar em débito com o Estado, suspendem-se os incentivos fiscais, porque ela já é beneficiada, já tem um pacote de benefícios, a cervejaria A ou B, e ainda não paga o que tem que pagar? Então, para que a gente force que ela ande em dia, como qualquer contribuinte da Energisa, da Águas Cuiabá, que atrasou, o pessoal vai lá e passa o facão, corta mesmo o fornecimento daquele insumo, então, a empresa beneficiada por incentivos fiscais no Estado e que estiver em débito com o Estado, enquanto não quitar, está suspensa a política de incentivos fiscais em favor dela.

É só isso, respeito o parecer da Comissão, a Comissão deu um parecer contrário ao meu projeto. Mas, esclarecido agora, eu espero que possamos derrubar esse parecer, como fizemos agora há pouco com o projeto do eminente Deputado Romoaldo Boraczynski Júnior.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. João Batista - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA - Faço coro à fala do Deputado Wilson Santos. Nós temos a PEC do Teto de Gastos, que inclusive veda a concessão dos incentivos enquanto perdurar o desiquilíbrio fiscal no Estado de Mato Grosso. Eu vou falar aqui, não só com relação ao que o Deputado Wilson Santos explicou nesse período de 90 dias até a regularização dessa empresa, mas nós estamos no meio de uma guerra entre o servidor público e a atual gestão do Governo do Estado. E o que nós temos observado com a PEC do Teto de Gastos é que ficava suspensa a questão das renúncias fiscais enquanto não se equilibrasse as finanças. O Governo de Mato Grosso já equilibrou as finanças do Estado de Mato Grosso? Despesa e receita já estão equilibradas?

Ontem mesmo, eu estava lendo uma matéria, e em 2019 o Governo dizia que tinha um passivo de pouco mais de R$ 4 bilhões de restos a pagar de dívidas. Já neste ano, o Governo publicou novamente na imprensa que o Estado está com dívida de mais de R$ 6 bilhões. O que está valendo? Aí diz que o Estado conseguiu diminuir R$ 380 milhões da dívida do Estado de Mato Grosso, do déficit do Estado de Mato Grosso. Então, qual é o dado correto, afinal de contas?

Poucos dias atrás, o Governo publicou um vídeo em que comemorava a redução de ICMS da tora de madeira. Se não me engano, no vídeo falava de 14 e iria para 13. E aí o Governo diz que quando o Estado reduzir o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, ele vai cumprir a legislação e vai pagar a recomposição geral anual do servidor. Quer dizer, de um lado o Governo faz um discurso, de que ele vai cumprir o direito do trabalhador, que está trabalhando para sanear as

contas do Estado, para que finalmente ele possa cumprir aquilo que é direito do trabalhador, do servidor público. Mas por outro lado, ele continua dando sucessivas renúncias, isenções fiscais. E deixando bem claro, mais uma vez, que não me coloco totalmente contra a questão da renúncia e isenção fiscal. Tanto que o Deputado Dilmar Dal Bosco, o Deputado Carlos Avallone, há algum tempo, nós conversamos exaustivamente sobre essa questão dos incentivos de isenções fiscais. Como dizia o Deputado Carlos Avallone, explicando, nós temos a isenção fiscal para os produtos da cesta básica, nós temos a isenção para a energia de baixa renda, para categorias profissionais aqui, por exemplo, como os taxistas, que têm isenção do ICMS para a renovação da sua frota.

Eu mesmo aqui já apresentei projeto, aliás, nós da segurança pública apresentamos projeto pedindo isenção de ICMS para compra de arma, munição e colete por parte dos profissionais da segurança pública.

Então, algumas renúncias são interessantes para fomentar o investimento em algumas regiões do Estado que geralmente não têm tanto investimento, principalmente na agricultura e pecuária. Então, eu seria hipócrita de vir aqui, fazer o uso da fala e dizer que tem que acabar, extinguir a isenção, a renúncia fiscal no Estado de Mato Grosso. Não é disso que estamos falando, mas de ter critérios mais sérios e aprofundados para essas concessões. Até porque, senão vai chegar ao final dos quatro anos de Governo Mauro Mendes e não se respeitou o direito à remuneração, à concessão da recomposição geral anual dos servidores.

Nós temos um déficit enorme de novos profissionais na Polícia Penal, no socioeducativo, na educação, que tem um número de contrato muito grande, na própria Polícia Militar, na Polícia Civil, que está fechando delegacias no interior do Estado. Nós vamos continuar dando renúncia e nunca vai ter lastro suficiente para que o Estado reponha o quadro funcional que está necessitando e nem garanta aquilo que é direito dos profissionais.

E, antes de tudo, antes que se continue julgando que o grande responsável pelas mazelas, pela deficiência do caixa do Estado são os servidores, quero lembrar que de madrugada, quando a gente liga porque criminosos roubaram as nossas caminhonetes, quando os indivíduos, como disse a Deputada Janaina nesta tribuna ainda hoje, entram nas propriedades rurais, levam desde um boi do pequeno criador, até uma boiada daqueles que criam mais, como acontece muito aqui na região de Jangada... Quando você liga, é um servidor público, em um veículo que não é blindado, que às vezes vai se confrontar com um grupo de criminosos, como já foi apreendida, inclusive aqui na capital, ponto trinta sendo acoplada na traseira de uma caminhonete. E o servidor público, aquele servidor público da Polícia Militar, bem representado aqui pelo Deputado Elizeu Nascimento, é esse servidor público que vai se confrontar com esses criminosos.

Então, é disso que estamos falando. Nós temos que fomentar a produção no Estado de Mato Grosso, nós temos que incentivar através de incentivo fiscal, de renúncia fiscal, mas temos que ter equilíbrio também.

Projetos de lei dessa natureza, apresentados muito brilhantemente pelo Deputado Wilson Santos, vêm exatamente para manter um dispositivo que faça justiça, não é simplesmente chegar e conceder isenção fiscal, não há muitas vezes daquele que recebe a isenção fiscal... Não tem a contrapartida. No município em que ele foi beneficiado, ele não gerou a quantidade de emprego necessário, ele não gerou a qualidade de vida para a população local na quantidade. E eu fiz um calculozinho, Deputado Barranco, R$ 7 bilhões, se fosse pagar dois salários mínimos, daria nada, nada, 350 mil trabalhadores no Estado de Mato Grosso. Quantos empregos estamos gerando com toda essa renúncia e isenção fiscal? Então, de um lado, eu não sou leigo, ignorante de vir a esta tribuna e dizer que temos que acabar com o incentivo fiscal em Mato Grosso, não sou, não faço isso, mas eu acho que tem que ser melhor revisto, sim. E projetos como esse, do Deputado Wilson

Santos, vêm exatamente para trazer subsídios para manter um controle maior sobre essa questão dos incentivos e renúncia fiscal.

No mais, é isso que tenho para encaminhar. E não sei, Presidente, mais uma vez tem projeto do Deputado Wilson Santos, e parece que não há quórum suficiente na Casa. Gostaria de votar esse projeto e derrubar o aparecer, Deputado Wilson.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Realmente, nós não temos quórum, nós vamos encerrar as votações. Na próxima, quando colocarmos em discussão, o senhor volta a falar novamente sobre esse projeto.

Eu só quero que o Deputado Wilson Santos dê uma verificada, porque o senhor falou de uma coisa e eu entendi outra no projeto. Depois, o senhor dá uma olhada, porque eu entendi que o senhor estava falando da empresa que está em dificuldade e deve ao Estado. Mas o que o projeto fala não é isso, pelo menos, eu entendi isso. O senhor dá uma verificada depois nisso aí.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Como nós encerramos a Ordem do Dia, vamos agora para a Explicação Pessoal.

Com a palavra, Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Sr. Presidente, nobres pares. Eu quero falar hoje sobre a titulação de assentamentos e também sobre uma decisão temerosa que o Incra de Mato Grosso tem tomado com relação às áreas, tanto para a desapropriação quanto para a retomada de áreas públicas que são de patrimônio da União.

É uma vergonha a decisão administrativa do Incra de Mato Grosso com relação às terras públicas da União, que são patrimônio da União e que são ocupadas por grileiros ao longo dos anos. A Advocacia-Geral da União, cumprindo seu papel institucional, tem ido às barras dos tribunais para, através de ajuizamento de ações, promover a retomada dessas áreas e promover o assentamento de famílias para cumprir a Constituição da República que diz que essas áreas são áreas para cumprimento de função social.

Quero destacar aqui um exemplo dentre os tantos que estão acontecendo em Mato Grosso, o da Fazenda Araúna, uma área que está situada no extremo norte de Mato Grosso e que depois de muitos anos de luta da Advocacia-Geral da União na Justiça, de nós termos conseguido, em agosto do ano passado, através da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, uma audiência lá na Justiça Federal de Sinop com os três juízes federais e com o procurador da República... Além da Deputada Rosa Neide e eu, também participaram a OAB, os movimentos sociais, e os assentados próximos à Fazenda Araúna, que recentemente foram assentados e tiveram suas vidas mudadas radicalmente para melhor, através desse programa.

Os processos que estavam parados há muito tempo, cumprindo o compromisso feito com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e conosco, a Justiça Federal de Sinop se sensibilizou e deu decisão. Nós não queríamos decisão favorável ou contrária, queríamos apenas que decidissem para saber se a AGU recorreria ou não. Eles decidiram favoravelmente, porque a área é da União, para que fossem retirados os ocupantes ilegais, os grileiros que estão lá, tem um grileiro lá nessa área, que é do espólio do Marcelo Bassan, e a Justiça determinou a sua retirada e a imediata emissão da posse da AGU, para que o Incra pudesse fazer a reforma agrária, o assentamento das famílias que estão acampadas lá há muito tempo.

E para a nossa surpresa, o Incra empurrou com a barriga esse processo, deu várias justificativas esfarrapadas. Depois, quando não tinha mais o que fazer, na hora de nomear o fiel depositário, nomeou um servidor de Cuiabá, que não poderia, obviamente, por estar muito longe de

lá, ser responsável pela área. E, depois, com a negativa desse servidor, foi nomeado um servidor de Guarantã do Norte, que estava em licença para tratamento de saúde, e o superintendente, sabendo disso, nomeou porque sabia que não iria à frente.

Justificaram que não havia recursos para as diárias, e a AGU disponibilizou o recurso. E agora, por último, o superintendente faz uma justificativa esfarrapada também para a Justiça Federal, dizendo que não pode, porque não tem recurso e porque há lotes a serem retomados nos assentamentos. Ora, por que não retoma esses lotes?! Se há lotes para serem retomados nos assentamentos, que estão sendo ocupados de modo irregular, por que não retoma? Nós sabemos que isso é mentira, é uma falácia, porque o Incra jamais vai conseguir retomar lote, uma vez que quem está lá vai recorrer ao Judiciário e vai ter o seu direito de ampla defesa do contraditório garantido. E vai se arrastar por muitos anos. As famílias não podem mais aguardar, não podem mais.

E, diante disso, justifica que não tem lotes, que não tem recursos. E renuncia ao direito e à obrigação do Incra de aceitar essas áreas que já foram dadas através de liminar concedidas à União para assentamento de famílias. Isso é um absurdo, é um crime contra o patrimônio público.

Como que o Incra renuncia à sua obrigação de cuidar do patrimônio público e diz ainda que lá tem ocupantes que pode ser regularizado. Uma vergonha! Uma afronta! As pessoas que ocupam as glebas da União o fazem de maneira criminosa, e era preciso que o Incra se esforçasse para cumprir sua função, que a retirada dessas pessoas, desses grileiros, e cumprir com essa obrigação que é assentar famílias, promover a reforma agrária. E ele, com essa desculpa agora, quer tirar o corpo fora. Nós não vamos aceitar!

Eu já estive na Procuradoria da República em Brasília, na Procuradoria-Geral da República, para fazer a denúncia contra isso e para pedir providências. E vamos continuar fazendo a luta.

E não é só da fazenda Araúna, também na região de Nova Guarita, outras duas áreas que eles estão abrindo mão. Ao todo, já são mais de 30 mil hectares. Na região da grande Cáceres também, sem contar a fazenda Mandaguari, que tem decisão já com trânsito em julgado, e agora o Incra vem dizendo que não vai assentar as famílias que estão lá, porque não há recursos e porque lá é uma área também que tem muita mata, muita área ainda que não foi aberta.

Assim como falaram da Araúna, um dos argumentos do superintendente é que ali... E eu vou fazer um requerimento para a próxima semana, porque eu quero saber da Sema. A Sema fez um documento e inseriu nesse processo para dizer que lá não pode criar projeto de desenvolvimento sustentável, porque está em uma área de amortização do Parque Estadual do Cristalino. Oras! E o que a Sema está fazendo que não foi lá ainda para retirar o senhor Marcelo Bassan da área da Araúna e das demais áreas que lá tem? Inclusive, cita que é proibido fazer pulverização de veneno com avião nessas áreas. Assentado não tem avião e não faz pulverização com avião! Os projetos de desenvolvimento sustentável são trabalhados para que os assentados que ali forem inseridos possam ter a consciência de promover o desenvolvimento, a agricultura, em comum harmonia com o meio ambiente. É só consultar os assentamentos que temos ao redor. Nós temos vários assentamentos lá e nunca prejudicou a questão da amortização do Parque Cristalino, assim como em outros parques.

Então, é uma vergonha, estou aqui para denunciar isso, já apresentei denúncia à Procuradoria-Geral da República, à Dr. Déborah Dubrat, nesta semana, e na semana que vem estarei aqui também trazendo um requerimento para a SEMA, à secretária de meio ambiente, que já fique aqui ciente. É um absurdo! O que eles estão fazendo que não retiraram os ocupantes ilegais, os grileiros dessa área da Araúna, se eles estão justificando que lá é área de amortização e não pode fazer assentamento? Não pode fazer assentamento de famílias pobres, mas pode deixar um grileiro

que ocupa a área há mais de 15 anos, promovendo devastação do meio ambiente e da floresta Amazônica. No último dia intitulado como Dia do Fogo, no ano passado, temos notícias de que esse cidadão, esse grileiro, promoveu uma vasta queimada naquela área da Araúna.

Portanto, fica aqui a minha fala: é obrigação do Incra, o Incra não faz se quiser, é obrigação do Incra cumprir o Art. 184 da Constituição da República. A Constituição Federal, em seu Art. 184, é clara, é objetiva: "as áreas que não cumprirem a sua função social deverão ser desapropriadas para fins de reforma agrária". E é isso que eu quero cobrar, é o meu compromisso com as famílias de Mato Grosso, com a agricultura familiar. E eu vou continuar cobrando.

É muito bonito os políticos que vão aos assentamentos para pedir voto, que defendem os assentamentos que promoveram o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, porque a criação de grandes cidades, a maioria delas aqui do Estado, surgiram a partir de assentamentos. Mas não querer que cumpram e que criem mais assentamentos, isso é um crime, isso é uma grande vergonha.

O SR. PRESIDENTE (DR. GIMENEZ) - Com a palavra, Deputado Claudinei.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Sr. Presidente, sociedade que nos acompanha, quero destacar hoje mais uma operação da Lava Jato lá no Rio de Janeiro: 38 mandados de busca e apreensão, mais nove mandados de prisão. Quer dizer... Hoje foi preso até o então secretário nacional de justiça, do governo do presidente Michel Temer ainda, Astério Pereira dos Santos, lá no Rio de Janeiro. Na verdade, 34 mandados de busca e apreensão e mais nove mandados de prisão.

Então, nosso País continua a faxina, a procura dos ratos corruptos que tanto lesaram o nosso País nesses últimos anos. A operação Lava Jato continua, não enfraqueceu, mesmo a maioria do Congresso Nacional tendo votado essa absurda lei de abuso de autoridade para tentar amarrar as mãos nas investigações da Polícia Civil, o trabalho nas ruas da Polícia Militar, as investigações da Polícia Federal, o trabalho do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, da Justiça Estadual, da Justiça Federal.

Secretaria de Serviços Legislativos Assembleia Legislativa

Então, mesmo com essa lei absurda, aprovada no ano passado, no final do ano passado, em setembro, por aí, de abuso de autoridade, a Operação Lava Jato continua firme, em mais uma fase no Rio de Janeiro.

Então, eu só quero, antes de passar para o Deputado Xuxu, citar mais alguns avanços do Governo Bolsonaro, que continua firme nessas operações contra a corrupção, combatendo a corrupção. A Petrobras, que foi tão lesada pelos corruptos nesses últimos anos, teve um aumento, faturou R$ 40,1 bilhões em 2019, é o maior lucro da empresa aqui no nosso País.

As contas do Governo Bolsonaro tiveram um superávit primário de R$44,124 bilhões. É o melhor resultado já registrado pelo Tesouro desde 1997.

E mais um avanço na área de saúde. Acabaram as humilhações, agora os agentes públicos do INSS ou os empregados das agências bancárias terão que se deslocar até a casa daqueles idosos, ou doentes, ou paraplégicos ou tetraplégicos que não conseguem sair da cama. Então, esses idosos, doentes, não precisarão passar por humilhação de chegar lá carregados em camas, em cadeiras de rodas, em bancos, para provarem que estão vivos. Então, mais uma ação do Presidente Jair Bolsonaro, do Governo do Presidente Jair Bolsonaro em relação à saúde pública, porque agora os agentes do INSS, e os funcionários de banco terão que ir lá ao local, na residência, para provar que essa pessoa está viva.

E quero parabenizar, agradecer aos deputados federais de Mato Grosso, que juntos, totalizando 398 deputados, mantiveram esse veto do Governo Federal para que mais de R$ 30 bilhões permanecessem sob o controle do Governo Federal. Ontem, foi mantido esse veto do presidente, em que se queria que R$ 30 bilhões passassem direto para o controle da distribuição do Congresso Nacional. Mas, não, vai permanecer com o Governo Federal esse controle.

Então, parabenizo todos esses deputados federais, 398, e a bancada federal de Mato Grosso, os deputados federais que votaram também para manter o veto do Governo Federal.

Passo um aparte ao Deputado Xuxu.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Muito bom dia, Presidente, Deputado Claudinei, cidadãos que nos acompanham na tribuna, em especial ao povo mato-grossense que nos assiste e ouve pela *TV e rádio Assembleia.*

Faço das suas palavras, colega Claudinei, as minhas.

Eu quero informar a toda população que já faz um ano e três meses que eu não escuto mais falar em corrupção no Governo Federal, nem no nosso Governo do Estado.

Então, parabéns ao presidente Jair Bolsonaro, ministros, vice Mourão, parabéns ao governador Mauro Mendes, ao vice Otaviano Pivetta, secretários. Isso começa a dar esperança para resgatarmos para o nosso povo que vale a pena acreditar e fazer política.

Deputado Claudinei, são muito importantes esses números.

Eu tenho a sensação de que o pior inimigo do País é a impunidade. Então, tem que botar malandro na cadeia, se não tivesse impunidade, muita coisa não teria acontecido e nós teríamos um outro País.

Lembrem-se, o pior inimigo do Brasil chama-se impunidade, que faz com que as pessoas que deveriam cuidar dos bens públicos, pensando no interesse coletivo, o façam em prol do benefício próprio ou do seu partido, ou do seu grupinho político.

Então, é isso, eu quero parabenizar.

Acabamos de receber toda uma comitiva da escola militar de Sorriso, junto com municípios, Câmara de Vereadores. Quero agradecer à Seduc, ao Governo do Estado, nós estamos caminhando para grandes avanços, retomando os investimentos na educação.

Agradeço também a toda a família rotariana que está aqui na Assembleia, vamos nos reunir agora, e o Deputado Xuxu Dal Molin está à disposição.

Com todos reunidos, Assembleia, Governo do Estado, entidades, população, nós vamos trazer mais desenvolvimento, mais qualidade de vida ao nosso grande e querido Estado de Mato Grosso.

Um ótimo final de semana a todos, contem conosco.

E vamos trabalhar muito, lembrando que amanhã tem marco para a saúde pública do nosso Estado, que é a entrega da primeira UTI aérea aqui de Mato Grosso e temos que agradecer ao Governo do Estado, temos que agradecer a toda a equipe da Secretaria de Saúde, a todos os colegas do CIOPAER. Ficamos muito gratos com o empenho deles pela coragem de implantar esse sistema. É mais saúde.

Então, Chiroli, em seu nome, parabenizo a todos que vão estar à frente disso.

Muito obrigado a todos. A Assembleia vem contribuindo e fazendo a sua parte.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DR. GIMENEZ) - Por falta de quórum e já que não temos mais inscritos na Explicação Pessoal, declaro encerrada esta Sessão Ordinária.

Convoco os excelentíssimos Deputados para a próxima sessão regimental no horário de sempre, dia 10 de março de 2020.

Muito bom fim de semana a todos. (ENCERRA-SE A SESSÃO.)

(**COMPARECERAM OS SEGUINTES SENHORES DEPUTADOS:** BLOCO ASSEMBLEIA FORTE: DILMAR DAL BOSCO, EDUARDO BOTELHO, DR. JOÃO, DR. GIMENEZ, NININHO, PAULO ARAÚJO, SILVIO FÁVERO, ROMOALDO JÚNIOR, SEBASTIÃO REZENDE, THIAGO SILVA, XUXU DAL MOLIN, ULYSSES MORAES, WILSON SANTOS E

CARLOS AVALLONE. BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: DELEGADO CLAUDINEI, JANAINA RIVA, ELIZEU NASCIMENTO, JOÃO BATISTA, VALDIR BARRANCO E LÚDIO CABRAL. BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS: MAX RUSSI E VALMIR MORETTO. **DEIXARAM DE COMPARECER OS SENHORES DEPUTADOS**: DR. EUGÊNIO - CONFORME O MEMORANDO Nº 51/2020 - E FAISSAL.)

Revisão: Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
Rosivânia Ribeiro de França.

SSL Secretaria de Serviços Legislativos | ALMT Assembleia Legislativa